

**HISTÓRIAS DE VIOLÊNCIA: PROCESSOS CRIMINAIS E CONFLITOS INTER-  
ÉTNICOS**

Karl Monsma  
Departamento de Ciências Sociais  
Universidade Federal de São Carlos

Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho “Migrações Internacionais”, XXIV Encontro Anual da ANPOCS, Petrópolis, RJ, outubro de 2000

## **HISTÓRIAS DE VIOLÊNCIA: PROCESSOS CRIMINAIS E CONFLITOS INTER-ÉTNICOS**

Karl Monsma

Um conflito violento chama a atenção. Depois do evento, os envolvidos, se sobrevivem, e os outros presentes contam versões do acontecido a amigos, familiares, vizinhos e colegas. Essas versões, muitas vezes discordantes, entram nos circuitos locais de boatos e nas conversas de bar e de rua, sofrendo modificações ao passar de boca a boca. Quando a briga se dá entre membros de etnias distintas, as interpretações podem divergir ainda mais.

Se uma pessoa é processada em consequência do conflito, a justiça usa as versões do réu, da vítima e das testemunhas para construir outra versão do evento, agora reconfigurado como crime. A justiça, como o antropólogo Geertziano, produz “interpretações de interpretações” (Geertz, 1973). Como demonstram Marisa Corrêa (1983) e Boris Fausto (1984), as categorias da lei e os valores e estratégias dos profissionais da justiça--delegados, escrivãos, promotores, advogados e juizes--filtram o que entra em um processo e modificam o vocabulário dos depoimentos, escritos na terceira pessoa. Em geral, quanto mais adiantado o processo no percurso inquérito-julgamento-recurso, mais esses valores, categorias e estratégias influenciam a reconstrução do conflito.

Mesmo assim, os processos criminais constituem uma fonte privilegiada para o estudo da vida cotidiana no passado. Este paper apresenta algumas reflexões sobre o uso de processos criminais para estudar a história de relações entre grupos étnicos em sociedades de imigração. Também discute os resultados preliminares de uma pesquisa sobre imigrantes italianos e violência no município de São Carlos, no Oeste paulista, nas últimas duas décadas do século XIX, ressaltando as relações entre italianos e outros grupos.

Como indivíduos, os pobres do passado deixaram poucos rastros para o pesquisador que deseja compreendê-los. Temos os censos, livros de contas e outras estatísticas produzidos pelo estado ou por empregadores, que trazem informação sobre condições de vida, composição familiar, trajetórias profissionais, etc., mas estas fontes dizem pouco a respeito dos entendimentos e das interpretações populares, que são de importância fundamental para o estudo das relações entre etnias. As motivações e os entendimentos dos atores podem ser inferidos do seu comportamento, como é comum nas pesquisas sobre a ação coletiva e a contestação (ver, por exemplo, Tilly, 1986), uma área altamente pertinente ao estudo do conflito étnico (Olzak, 1992). Todavia tais inferências são construções do pesquisador e arriscam impor a lógica do intelectual aos pesquisados e a lógica do presente ao passado. O conflito entre grupos que se evidencia em ações coletivas, como distúrbios ou passeatas, somente se relaciona de maneira indireta com as tensões do cotidiano. Os produtos da cultura popular constituem fontes ricas para o estudo das mentalidades populares de outras épocas (e.g., Darnton, 1984; Scott, 1990), mas são, por natureza, fontes anônimas e coletivas. Ajudam muito a entender os

pressupostos culturais e os entendimentos coletivos, mas não servem para estudar as interações da vida cotidiana e como as pessoas explicavam sua própria situação e suas ações.

Os inquéritos e processos criminais são uma das poucas fontes que preservam as palavras dos pobres, mesmo quando transcritas na terceira pessoa. Nos garranchos de processos antigos, encontramos analfabetos discutindo suas interpretações de eventos e imputando motivos aos outros. Como a justiça criminal não é simplesmente o julgamento de atos, mas também se preocupa primordialmente com a motivação e a intencionalidade dos atores (Lempert & Sanders, 1986), as justificativas e desculpas dos envolvidos e as versões das testemunhas necessariamente entram nos processos, mesmo quando distorcidos pelas categorias, preconceitos e estratégias das autoridades e dos advogados.

Os depoimentos de réus, vítimas e testemunhas geralmente tomam a forma de narrativas. (A exceção principal são os depoimentos de testemunhas que aparecem simplesmente para atestar os bons antecedentes do réu, como parte da estratégia narrativa do advogado). Uma narrativa seleciona e ressalta aspectos de eventos, ordenando-os em uma seqüência interconectada (o enredo), que leva a um desfecho. Há uma ampla literatura recente mostrando que as pessoas usam narrativas para fazer sentido da vida e para explicar os eventos (Ewick & Silbey, 1995; Somers, 1992; Steinmetz, 1992). Uma briga violenta estimula a elaboração de narrativas pelos envolvidos e por outros, visando explicar ou entender o acontecido. Muitas das narrativas embutidas nos depoimentos, especialmente os dos réus e das vítimas, são o que em inglês se chamam *accounts*, narrativas que justificam um ato ou uma situação (Orbuch, 1997). Os depoimentos relatam as razões para culpar ou absolver o réu na forma de histórias que ressaltam aspectos distintos da interação de réu e vítima.

Quando se trata de uma briga inter-étnica, as interpretações de pessoas de etnias distintas podem revelar muito sobre os entendimentos e a linhas de clivagem da época: Nas relações entre etnias, o que constitui uma atitude esperada ou razoável? Quais condutas são ultrajantes, justificando respostas violentas? Divergências nos depoimentos que correspondem às identidades étnicas também indicam o grau de conflito sistemático entre grupos. Como os envolvidos em uma briga quase sempre contam versões distintas, muitas vezes são os depoimentos das testemunhas que revelam mais sobre relações inter-étnicas. Se, por exemplo, todas as testemunhas de uma etnia enfatizam certos fatos, que tendem a desculpar um réu da mesma etnia, ao passo que todas as testemunhas da etnia da vítima enfatizam outros fatos, que incriminam o réu, o processo sugere uma polarização étnica, levando a diferenças sistemáticas na percepção dos mesmos acontecimentos, ou à disposição de mentir para ajudar o semelhante. Além disso, a natureza das divergências nos depoimentos indica alguns dos eixos principais de desentendimentos e tensões entre grupos.

Para estudar as versões dos réus, das vítimas e das testemunhas, os inquéritos policiais geralmente servem melhor que os processos judiciais. Os inquéritos são mais próximos ao conflito no tempo, muitas vezes começando no dia seguinte, e o que é mais importante, não sofrem a influência do promotor nem do advogado da defesa. Nessa fase do processo criminal, o amadorismo característico

da justiça do século XIX é especialmente evidente (Franco, 1974), o que traz certas vantagens para a pesquisa. Embora os escrivãos da polícia deformassem os sobrenomes italianos e fossem pouco consistentes na coleta de dados sobre naturalidade, eles, mais que os escrivãos do fórum, tendiam a reproduzir literalmente a linguagem dos depoentes, com gírias e xingamentos. Às vezes, esqueciam do formalismo legal e recaíam na simples transcrição do depoimento na primeira pessoa.

Os depoimentos ao juiz servem para estudar outros aspectos das diferenças étnicas. Uma forma de amadorismo especialmente evidente na fase do julgamento é a aparição de testemunhas que só sabem dos eventos “por ouvir dizer”. Estes depoimentos avançam a pesquisa porque relatam os boatos que circularam na comunidade depois de um conflito violento. O grau de diferenciação étnica dos boatos sugere o grau de separação das redes sociais. Às vezes, também, o promotor e o advogado da defesa manipulam estereótipos étnicos como parte das suas estratégias para mostrar que o réu é ou perverso e perigoso para a comunidade, ou um homem bom que só reagiu com violência porque foi provocado. Como essas estratégias só funcionariam se os estereótipos tivessem alguma ressonância entre juizes e jurados, constituem indícios dos estereótipos comuns entre as elites brasileiras da época.

### **Imigração e fronteiras étnicas**

A imigração produz novas situações de contato entre grupos, muitas das quais assumem uma identidade étnica pela primeira vez em consequência da imigração. Eles entram em contato com outras etnias, que os definem e tratam como coletividades distintas. Os imigrantes da península italiana tinham identidades regionais mais fortes que a identidade nacional, mas no Brasil todos eram tratados como italianos, o que acabou reforçando a identidade italiana. Com tempo, como os antropólogos desde Frederick Barth (1997) vêm enfatizando, as fronteiras entre grupos étnicos podem se tornar permeáveis ou desaparecer, levando à fusão de etnias previamente separadas (Poutignat & Streiff-Fenart 1997). Novas fronteiras também podem emergir ou as velhas mudar de lugar, levando à emergência de novas etnias ou a reformulações das antigas. Infelizmente não podemos usar os depoimentos de testemunhas para estudar diferenças entre italianos setentrionais e meridionais (e alguns da região central) porque os processos geralmente não incluem a naturalidade das testemunhas, e muitas vezes tampouco a naturalidade do réu e da vítima. Tenho a impressão de que os meridionais são sobre-representados nos conflitos violentos, o que provavelmente se deve à presença maior de homens jovens e solteiros, ou desacompanhados, entre os imigrantes do sul da Itália (Alvim, 1986). Mas tal impressão pode também refletir uma propensão maior para a violência, devida às disposições internalizadas na famosa cultura meridional de honra e vingança. Isso não significa, porém, que as diferenças regionais entre italianos eram motivo importante de brigas. De vez em quando aparece alguma referência às diferenças regionais nos processos, como, por exemplo, a impossibilidade de entender o dialeto de outra região. Porém, até agora não encontrei nenhum processo em que a causa da briga claramente tinha a ver com tais diferenças. Parece que o tratamento de todos como “italianos” pelos brasileiros (e por outras nacionalidades) rapidamente produziu uma redefinição da

fronteira étnica mais relevante, enfraquecendo a identidade regional e fortalecendo a identidade italiana.

As fronteiras entre os italianos e os outros eram bem definidas. A identidade étnica era tão importante, e tão evidente para todo mundo, que é fácil identificar os imigrantes nos processos. Quase todas as autoridades anotavam a nacionalidade dos réus e das vítimas imigrantes, às vezes substituindo o sobrenome pela categoria étnica, escrevendo, por exemplo, “Guiseppe de tal, italiano”. As testemunhas geralmente podiam reconhecer os italianos simplesmente pela aparência, provavelmente pelo vestuário. Isso indica que a identidade italiana era parte inseparável e sempre presente do indivíduo, que não podia escolher se ia ativá-la ou não em interações específicas. Embora os processos evidenciem bastante contato, interação e amizade entre homens de grupos distintos (as mulheres aparecem menos porque se envolviam menos com a violência), havia fortes barreiras contra casamentos entre grupos. No extremo, temos o caso dos pais italianos que enterraram vivo o neném da sua filha para ela não casar com o namorado e pai da criança, um português.<sup>1</sup> Certamente aconteciam casamentos e mancebias entre italianos e outros, especialmente brasileiros, mas desconfio que a grande maioria desses casamentos envolviam italianos e brasileiras, não italianas e brasileiros, porque havia um excedente de homens italianos que emigraram sozinhos. Não havia moças italianas suficientes, e esses imigrantes solteiros ficaram livres dos controles da família. Mesmo os solteiros sem família no Brasil não se livravam da fofoca e da desaprovação geral da comunidade italiana. Ao fim dos 1880, encontramos um italiano que deu um tiro em uma italiana porque esta chamou a noiva brasileira dele de caipira, o que sugere que era um ponto sensível. Como focalizamos a violência envolvendo italianos, não temos indícios das reações dos outros grupos a casamentos com italianos. É possível que os brasileiros pobres, já acostumados com um certo grau de mestiçagem, tivessem menos preconceito contra a idéia de ter um genro ou uma nora italiano, mas os outros grupos europeus provavelmente eram igualmente contrários à exogamia, pelo menos na primeira geração.

A melhor maneira de ilustrar o método defendido aqui é com exemplos de processos específicos. Abaixo discuto conflitos entre italianos e fazendeiros, a polícia, outros imigrantes europeus, brasileiros brancos pobres e brasileiros negros. Embora a discussão traga algumas idéias sobre as relações dos italianos com cada um desses grupos, e como se refletiam nos conflitos, os exemplos servem principalmente para ilustrar e desenvolver o método.

### **Italianos e fazendeiros**

Alguns dos conflitos mais intensos envolviam italianos e brasileiros em posições de autoridade, principalmente a polícia, fazendeiros e administradores de fazendas. Uma das principais teorias do conflito étnico, a do “colonialismo interno” (Blauner, 1972; Hechter, 1975) ou da “divisão cultural do trabalho” (Hechter, 1978), afirma que divisões econômicas que correspondem a diferenças culturais ou étnicas, especialmente a relegação sistemática de um grupo a posições inferiores no

---

<sup>1</sup> Fundação Pró-Memória de São Carlos (FPM), Processos Criminais, Caixa 334, Número 2649.

mercado de trabalho, aumentam a solidariedade do grupo subalterno e o conflito inter-étnico. A situação fica mais explosiva quando a divisão cultural do trabalho se combina com o exercício da autoridade direta por indivíduos do grupo dominante sobre pessoas do grupo subalterno.

Com tantos escritos dedicados ao tema, não é surpresa saber que colonos e camaradas italianos das fazendas de café viviam conflitos violentos com fazendeiros e administradores (Dean 1976; Stolcke 1988; Truzzi 1986). Nos casos de agressões de italianos contra fazendeiros ou administradores, o agredido geralmente tinha feito algo que os italianos interpretaram como um atentado contra a dignidade ou a honra do indivíduo ou da família. Os processos indicam que alguns dos administradores, especialmente, eram homens extremamente violentos. Mesmo se não fossem tão comuns, respostas violentas tinham conseqüências importantes, porque um fazendeiro ou administrador assassinado acautelava muitos outros. Um limite claro às tendências dos fazendeiros de tratar os trabalhadores italianos como escravos era o fato, evidente nos processos, de muitos italianos andarem armados. Como afirma Zuleika Alvim (1986), apesar da pouca resistência organizada nas fazendas durante as primeiras décadas da imigração, a resistência individual ou de pequena escala, incluindo a violência, impôs limites aos fazendeiros e melhorou em algum grau a vida dos imigrantes.

Em maio de 1894, o administrador da fazenda Macahuba, Pedro Joaquim de Moraes, mandou um grupo de camaradas, quase todos italianos, recolher o milho que secava no terreiro, mas eles recusaram porque anoitecia, dizendo que não eram obrigados a trabalhar de noite.<sup>2</sup> Os treze ou quatorze camaradas entraram em seu quarto, perto do terreiro, aparentemente na antiga senzala. O administrador seguiu, insistindo em impor sua autoridade. Em certo momento na discussão, o administrador deu uma pancada na cabeça de um italiano com o cabo de seu relho, o que foi imediatamente respondido por tiros. O irmão do administrador, que fora à porta do quarto para ver de que se tratava o barulho, foi baleado na cabeça e morreu o dia seguinte. Pedro Joaquim saiu do quarto e, segundo algumas das testemunhas, atirou de volta nos italianos. Vários italianos fugiram e aparentemente nunca foram presos, porque não houve julgamento.

Neste caso, não foi simplesmente o conflito a respeito do trabalho que levou à violência. Na discussão sobre condições de trabalho, o administrador tentou impor o respeito a força, o que os italianos sentiram, sem parar para pensar, como um abuso, e revidaram com a violência.

As divergências nos depoimentos sugerem o grau de polarização étnica. As testemunhas enfatizaram aspectos distintos da seqüência básica de eventos. O administrador disse que, já ao meio dia, os italianos estavam trabalhando mal na colheita de café, não enchendo os balaios. Quando ele reclamou, responderam que ele não os tratava bem. Às sete horas da noite, ele entrou no quarto dos italianos para perguntar por que não recolhiam o milho do terreiro, como mandara. Disse que quem não queria trabalhar podia ir embora, só recebendo pelo serviço feito no final do mes,

---

<sup>2</sup> FPM, Criminais, C. 309, N. 1289.

ao que responderam alguns delles em tom de ameaças: - já paga já, e em seguida já levantaram-se todos disparando tiros de revólver, dando o primeiro tiro Abilio D.<sup>3</sup> e em seguida ouviu muitos tiros e elle depoente ficou no meio dos italianos defendendo-se destes, e que os italianos fugiram e elle depoente voltando do quarto já encontrou seu irmão Francelhino baleado e cahido, sem sentido, levaram-no para a casa fallecendo em consequencia desse ferimento no dia seguinte

O administrador identificou como suspeitos nove italianos que tinham exigido o pagamento imediato e sumiram depois do crime.

Ignacio de Moraes, primo da vítima e de Pedro Joaquim (do qual era também cunhado), tendo presenciado os acontecimentos, disse que o problema começou porque os camaradas estavam “já recolhidos quando ainda era hora de serviço, tanto mais que era costume esses camaradas recolherem o milho que se achava no terreiro e não tendo nesse dia os mesmos camaradas feito esse serviço o administrador mandou os camaradas que fossem recolher o milho”. Durante a confusão ele “ouviu muitos alaridos dos italianos que dispararão diversos tiros”. O administrador e seu primo e cunhado Ignacio nem mencionaram a pancada que aquele deu no italiano, e davam a entender que, durante todo o conflito, Pedro falou com os italianos de uma maneira educada.

Para as duas testemunhas italianas que estavam no quarto, porém, a pancada assumiu um papel central na história. As duas disseram que não sabiam quem atirou, o que é um tanto duvidoso. Segundo Luigi Detone, o camarada de apelido Roma “respondeo que não sahio sem receber a sua conta, ao que o administrador respondeo que lhe dava a conta mas éra com o relho e que lhe deo uma pancada com o mesmo relho, quasi ao mesmo tempo elle depoente ouviu o estrondo de um tiro, que não sabe quem deo porque o quarto estava no escuro.” Antonio Mutterle também relatou a pancada e acrescentou que, depois de fugir para fora do quarto e de esconder-se atrás de uma carroça, ele viu o administrador dar dois tiros de garrucha nos outros italianos. Na sua história, só houve três tiros, dois dos quais partiram do administrador. Disse também que “não sabe qual dos camaradas tinha revólver pois nunca vio revólver com nenhum delles”.

Dois Italianos fora do quarto também ouviram a pancada. Nos seus depoimentos, enfatizaram os xingamentos do administrador. À instância do escrivão da fazenda, Giovanni Collagrocí pediu à turma para ajudar no recolhimento do milho, mas eles “responderam que não iam porque o administrador os tinha xingado na roça por causa do serviço” Quando Pedro Joaquim foi ao quarto,

disse aos camaradas que fossem trabalhar e respondendo elles que não ião trabalhar, disse o administrador ‘Camaradas desgraçados filhos da puta’ e foi para o lado onde estava o milho ver a porção que faltava recolher e examinando o monte de milho voltou ao quarto dos camaradas e entrou dentro do quarto e disse aos camaradas vão trabalhar, ao que elles responderam que não ião trabalhar que lhes tirasse a conta e o administrador disse que não pagava nem um vintem e que pagaria com pau a rochos na cabeça. Em seguida a isso sentio um barulho e logo um tiro (...) um minuto depois ouviu outro tiro e depois outro tiro”.

O carreiro Giuseppe Meni estava recolhendo o milho, quando “chegando o administrador da fazenda na porta do quarto chamou os camaradas para virem recolher milho, elles responderam que

---

<sup>3</sup> A Fundação Pró-Memória proíbe a revelação dos nomes completos dos acusados de crimes.

não vão porque era noite, então o administrador chamou-os de filhos da puta, o que a testemunha ouviu perfeitamente”. Quando o administrador voltou ao quarto, depois de olhar o milho,

ouviu o administrador responder que não pagava nem um vintem, ao que os camaradas responderam que pagava já, ao que o administrador disse que pagava rachando a cabeça com um páu e imediatamente ouviu o estrondo de um tiro; o depoente quando ouviu o tiro estava na porta do paiol do lado de fóra, ahi elle depoente fugio escondendo-se atraz de um carro ouvindo ainda dois tiros

Outro italiano que estivera fora do quarto durante o evento ressaltou, no seu depoimento, que o administrador ia mandar a turma embora sem pagar nada, mas não ouviu a pancada.

Os conflitos com administradores de fazendas provavelmente aumentaram a solidariedade entre italianos meridionais e setentrionais, embora seja bom lembrar que, segundo Alvim, os camaradas eram principalmente do Sul da Itália, enquanto os colonos eram principalmente do Norte. O delegado não perguntou o lugar de nascimento no inquérito, mas o fato de que dois dos camaradas tinham o apelido “Roma”, indica que italianos da região central também se encontravam entre os camaradas. Atitudes arrogantes e violentas de parte dos fazendeiros e de seus administradores levavam a conflitos étnicos porque os italianos estavam altamente concentrados em certas funções nas fazendas. Quando italianos e outros trabalhavam juntos, ou estavam em posições de subordinação parecidas, tais conflitos podiam levar à solidariedade inter-étnica em oposição aos fazendeiros. No caso discutido, o único camarada não-italiano mencionado que estava no quarto, um austríaco, contou a mesma história que os italianos, enfatizando a pancada, dizendo que não sabia qual dos italianos atirou e dizendo que o administrador também atirou nos camaradas. Um adolescente negro, cocheiro, que vigiava o milho “para que os bois não comesse”, também apoiou a versão dos italianos, dizendo que o administrador afirmou que se os italianos não recolhessem o milho, “não pagava um puto vintem”. Segundo ele, quando os italianos insistiram em serem pagos, o administrador entrou no quarto dizendo “então pago já (...) e lá dentro elle depoente ouviu muitas vóses, tanto do administrador como dos italianos, não entendendo o que elles disiam, e nessa algazarra que elle depoente ouvia, ouviu detonação de três tiros de revolver, não sabendo quem é que dava, se éão os italianos ou o administrador”. Há ainda outros depoimentos lacônicos, dois de brasileiros e um de italiano, que não contribuem para nenhuma das versões, seja porque a pessoa viu ou ouviu pouco, ou porque não quis se envolver.

O delegado encarregado do inquérito percebeu o aspecto étnico do conflito e culpou os italianos, designando o evento “um conflito promovido pelos italianos camaradas da mesma fazenda, resultando na morte do brasileiro Francelino de Salles Moraes.”. Ele relatou os mesmo nove italianos que o administrador mencionou como suspeitos do crime, escrevendo os nomes na mesma ordem que este falou. Tudo indica que o delegado aceitou a versão de Pedro Joaquim e simplesmente copiou a lista do seu depoimento, ignorando a pancada e os indícios de que o administrador também atirara.

Um exemplo mais claro da solidariedade interétnica, que fazendeiros ou administradores opressores podiam evocar, encontra-se no caso, acontecido em 1898 na fazenda de Capitão Jacyntho

Cintra no bairro de Água Vermelha, do espancamento de um “turco”, três italianos e dois brasileiros pelo administrador e dois capangas.<sup>4</sup> Ao início, somente o turco apanhou. Os outros sofreram a violência do administrador e dos seus capangas por causa de intervenções sucessivas visando proteger as outras vítimas. O episódio começou com um conflito na roça entre Luiz, o administrador, e o italiano “Domingos” Barsaline, empreiteiro na fazenda, a respeito dos serviços deste. Segundo Bernardo Barsaline, primo de Domingos, que presenciou os fatos, o desentendimento não resultou em violência porque Domingos respondeu calmamente, apesar dos insultos e das ameaças de Luiz. Por trás do conflito, parece que havia uma disputa por autoridade. Bernardo relatou que “Luiz dissera que havia de mostrar que mandava mais que Domingos n’aquella fazenda”.

Voltando para a colônia da fazenda nova, Luiz encontrou Salomão Batarse, um mascate “turco” (na realidade, palestino), que fora à casa de Bernardo Barsaline cobrar por mercadorias vendidas, mas não o havia encontrado em casa. Quando Luiz apareceu, Salomão estava na casa tomando um copo de água trazida pela filha do colono. Já mal humorado, Luis perguntou o que ele fazia na fazenda. À resposta que mascateava, Luiz e os capangas começaram a lhe surrar com chicote e cacete. Era meio dia, e os colonos voltavam para casa para almoçar. Logo chegou Bernardo, e perguntou porque espancavam o turco, “recebendo por unica resposta alguns sôccos vibrados por Luiz e companheiros, sendo posto para fôra de sua casa por aquelles, continuando elles a surrarem o turco que cahio à uma pancada recebida na cabeça”. Na descrição do mascate, a oposição de Bernardo foi mais vigorosa, estimulada pela violação do lar e da autoridade do chefe da família: “Intervindo Bernardo, dizendo que não podiam surrar um homem que estava em sua casa onde sómente elle mandava, foi repellido pelos três, Luiz e seus companheiros”.

A próxima vítima seria Andrea Guerino, um oleiro italiano sofrendo de reumatismo, que observava o espancamento do turco e claramente desaprovava. Ele diria ao delegado depois que viu “o administrador da fazenda de nome Luiz de tal, em companhia de Gabriel e Roberto de tal, armados de chicote e garrucha espancarem barbaramente e sem motivo justificavel um arabe que por alli passava; apoz o arabe à outras pessoas inclusive elle declarante”. Vendo o espancamento do reumático, a colona brasileira Maria Eugenia do Nascimento tentou intervir, perguntando ““O que é isso nho Luiz?” a isto, Luiz respondeu dirigindo-se aos companheiros: ‘deem nella também’; ela declarante recolheu-se fechando a porta e os três agressores arrombando-a, penetraram em casa e a esbordoaram por tal forma que ficou cortada em chicote no rosto e por todo corpo”. Chegou o colono brasileiro João Simão Lourenço, que vivia com Maria. Entrando na casa para acudí-la, ele também foi surrado a chicotadas. Nesse momento, o carpinteiro italiano Gregório Bisconccine, um estranho à fazenda, saiu de uma venda ali e tentou ir embora. O administrador lhe perguntou o que fazia na fazenda,

ao que elle declarante respondeu que viera afim de contractar serviço de construcção de casas de colonos com Domingos Barsaline, a mandado do Cap<sup>o</sup> Cintra proprietario da fazenda;

---

<sup>4</sup> FPM, C. 334, N. 3683 (1898).

nisto, o mesmo individuo tirando o paletol, dissera: “Eu já te arranjo” e acto continuo mandou seus companheiros lhe espancarem o que fizeram com relho e depois com cabo do mesmo, até que o derrubaram por terra.

O italiano Guiseppe Rabella, que apareceu no inquérito como testemunha, disse que, vendo a violência, fugiu com sua mulher para a roça, sendo perseguidos pelos capangas, que não os alcançaram.

As vítimas foram registrar queixa ao delegado Gaspar Berrance na cidade de São Carlos dois dias depois, a última vítima italiana e o turco só aparecendo quatro dias depois do evento porque estavam tão machucados que não conseguiram sair da cama antes. O delegado abriu inquérito, tomando os depoimentos das vítimas e de cinco testemunhas, mas nem chegou a ouvir o administrador ou os capangas. Parece que, como não havia mortes nem seqüelas permanentes, ele considerou que não valia a pena levar adiante o processo contra os espancadores, especialmente quando o autor principal era administrador de uma fazenda. As testemunhas, um austríaco e quatro italianos, incluindo o empreiteiro e sua mulher, todos depuseram contra o administrador e os capangas. Incluindo as vítimas, os depoimentos evidenciam italianos, brasileiros, turco e austríaco unificados na sua oposição ao administrador, e dispostos a correr riscos para ajudar pessoas de outros grupos. Primeiro, havia os riscos óbvios do colono italiano que tentou resgatar o turco e da brasileira que questionou o espancamento de outro italiano. Mas o simples ato de prestar depoimento era arriscado. Com a exceção do turco, do austríaco e de um italiano, todas as vítimas e testemunhas moravam na fazenda e tinham de voltar e enfrentar o mesmo administrador depois de depor contra ele.

### **Italianos e a polícia**

Os processos que examinamos indicam que, em São Carlos, as relações entre italianos e a polícia na cidade eram piores ainda que as relações entre italianos e fazendeiros, embora tentar separar o rural e o urbano seja um tanto artificial para a São Carlos da época, ainda uma cidade relativamente pequena. Moradores rurais iam muito à cidade e alguns residentes da cidade trabalhavam no campo. Os fazendeiros e a polícia tampouco eram dois grupos totalmente distintos. Muitos fazendeiros, formal ou informalmente, exerciam poderes de polícia na zona rural e pelo menos um delegado urbano também era fazendeiro.

Como várias outras cidades no estado, São Carlos sofreu um aumento muito rápido na população de italianos nos anos 1890, e as elites locais tendiam a culpar os italianos por crimes e desordens (ver Fausto, 1984).<sup>5</sup> Boa parte do atrito entre italianos e a polícia se devia aos métodos costumeiros da polícia brasileira, que tratava os italianos da mesma maneira que tratava os pobres brasileiros, mas os italianos experimentavam a atuação da polícia como preconceito contra eles. Encontramos soldados da polícia espancando e roubando italianos, e furtando dinheiro de italianos

---

<sup>5</sup> A tendência de culpar imigrantes por aumentos na criminalidade se manifesta em muitos países e em diversos períodos históricos (Tonry, org., 1997).

presos.<sup>6</sup> Para tais acontecimentos entrarem nos inquéritos, os italianos tinham de reclamar da polícia ao delegado da polícia. Haveria muitos outros espancamentos e abusos que as vítimas não ousaram denunciar. Em 1896, o espancamento por praças da polícia de onze italianos presos em uma venda levou à morte de Giuseppe Sciarra. Este último evento perturbou o Chefe de Polícia do estado porque ocasionou uma reclamação do cônsul italiano e comentários desfavoráveis no jornal sancarlense *Ordem e Progresso*.<sup>7</sup> Segundo a informação que ele tinha, o espancamento se originou na rivalidade entre o dono da venda e o dono de outro estabelecimento freqüentado pelos policiais.

Por outro lado, a polícia encontrou nos italianos um grupo mais petulante, e mais bem armado, que os brasileiros pobres. Nesse contexto, não é surpreendente que tenha havido pelo menos dois casos de indivíduos italianos atirando na polícia no centro da cidade, um deles em plena luz do dia na frente de muitas testemunhas.<sup>8</sup> Segundo uma testemunha brasileira, o tiro de espingarda dado por este último, que não acertou o soldado, “juntou muita gente, uns como que para aplaudirem e outros por curiosidade”.

Em São Carlos, o atrito entre italianos e autoridades locais se agravou por causa da atuação de uma quadrilha italiana (composta quase exclusivamente de calabreses) entre 1894 e 1897. Depois de um assalto da quadrilha a um fazendeiro proeminente, que ainda por cima foi baleado e deixado como morto ao lado da estrada, mas sobreviveu, o delegado Coronel Leopoldo Prado, também fazendeiro, prendeu muitos italianos na tentativa de descobrir os autores do crime. Os efeitos na comunidade italiana transparecem no inquérito a respeito do italiano Paulo L., que ameaçava matar o Coronel Leopoldo.<sup>9</sup> O advogado Rodolpho Faria dissera a uma testemunha que o coronel

era violento e arbitrário, pois tinha por sabido arrancar a confissão dos réus por meio de ameaças, tanto assim que diversos italianos se queixavam de tais excessos, que um italiano já fôra a sua casa consultal-o sobre a resolução, que tinha tomado de assassinar o Coronel Leopoldo Prado a quem elle doutor Rodolpho dissuadira desse intento, que mais tarde o mesmo individuo (...) voltava novamente ao seu escriptorio insistindo em querer realizar o assassinato do Coronel Leopoldo Prado e que elle doutor Rodolpho o ameaçara em denunciar caso elle insistisse em querer praticar o crime que em vista disso o italiano se retirara e se embarcara no trem das onze horas (...) [I]sso era motivado pelas inúmeras prisões feitas pela autoridade para averiguações sobre o assalto do cidadão Joaquim Botelho.

Segundo o Doutor Rodolpho, que parece ter soltado vários italianos presos pelo delegado com pedidos de *habeas corpus*, “por diversas vezes ouvira de diversos italianos ameaças contra a pessoa do Coronel Leopoldo Prado caso elle continuasse a prender a torto e a direito afim de descobrir os assaltantes de Joaquim Botelho.”. Paulo L. já tinha sido preso pelo Coronel Leopoldo duas vezes, e ameaçava matá-lo caso fosse preso de novo. Quando o advogado o repreendeu pela ameaça, ele a emendou, “dizendo que um compadre vingal-o-ia”.

---

<sup>6</sup> FPM, criminais, C. 333, N. 2242 (1895); C. 333, N. 1207/3644 (1897).

<sup>7</sup> Bento Bruno, Chefe de Polícia, ao Delegado de Polícia de São Carlos, São Paulo, 24 de abril de 1896, FPM, criminais, C. 334, N. 2235 (1896).

<sup>8</sup> FPM, criminais, C. 194, N. 105 (1889); C.279, N. 3719 (1895)

<sup>9</sup> FPM, criminais, C. 333, sem número (1897).

Mas as relações dos italianos com a polícia já eram tensas antes, e aconteceu um conflito dramático entre eles em primeiro de janeiro de 1894, quando a quadrilha estava só iniciando seus assaltos e roubos. Um grupo de cem a duzentos italianos estava reunido na Avenida São Carlos (principal avenida da cidade), no Largo de Santa Cruz, por volta das cinco horas da tarde, quando alguém deu uns tiros, aparentemente no meio de uma briga, mas ninguém foi baleado. Um grupo de oficiais da Guarda Nacional, junto com os praças da companhia 102, estava nesse momento em outra parte da cidade assistindo o ato de inauguração da Santa Casa de Misericórdia. Sabendo da confusão entre os italianos, o delegado, três oficiais e uns dez praças se deslocaram para o Largo de Santa Cruz. Parece que ganharam pouca colaboração dos italianos porque, segundo um oficial, “o comandante da força e mais oficiais processaram averiguar o que então acontecia, mas não lhe foi possível descobrir coisa alguma”.<sup>10</sup> Quando a força se retirava, alguns dos italianos começaram a lhes vaiar. Com isso, o delegado mandou os soldados dispersarem o agrupamento. Eles voltaram com os reflexos (sabres) desembainhados. As testemunhas discordam sobre o que aconteceu em seguida, mas é claro que muitos italianos entraram nas casas de ambos lados da avenida e atiraram nos soldados de dentro das casas. Ao fim de alguns minutos de tiros, os soldados tinham se retirado, deixando um italiano baleado e morto na calçada. Algum tempo depois, um grupo de italianos armados foram à estação passar um telegrama ao cônsul italiano sobre o acontecido.

Vinte e nove testemunhas depuseram no inquérito, e o delegado indiciou o italiano Leopoldo A.. Contudo, o promotor parece ter decidido que não tinha evidências suficientes contra o italiano para prosseguir com o processo. Testemunhas brasileiras e italianas contaram histórias totalmente distintas, e tudo indica que realmente perceberam o evento de maneiras opostas. O inquérito aconteceu um dia depois, sem nenhuma intervenção ou orientação de advogados, e não houve tempo para tantas pessoas combinarem o que iam relatar, a não ser a combinação tácita que emergiu das discussões entre amigos e conhecidos depois do evento. As testemunhas incluíram 16 italianos, 11 brasileiros e 2 portugueses. Somente dois oficiais da Guarda Nacional, um brasileiro e um português, e nenhum dos soldados, depuseram. A maioria das outras testemunhas brasileiras era da classe média urbana, principalmente comerciantes e empregados de lojas. O delegado não perguntou a profissão da maioria das testemunhas italianas.

Há divergências étnicas sistemáticas na percepção de várias trechos da seqüência de eventos. Os brasileiros afirmaram que o agrupamento de italianos era “enorme” (palavra usada por duas testemunhas) e que todo o grupo vaiava o pequeno destacamento da força pública, ao passo que vários dos italianos que falaram das vaias disseram que somente “alguns rapazes”, “meninos” ou “crianças” vaiavam ou assobiavam. O oficial português foi o único a pensar que o grupo não era somente de italianos, dizendo que “viu uma multidão de curiosos, composta de homens, mulheres e crianças de várias nacionalidades partio um vaia de assobios”. As testemunhas brasileiras só enxergaram uma chusma italiana.

---

<sup>10</sup> Depoimento de Augusto S. F., FPM, criminais, C. 462, sem número (1894).

Os brasileiros enfatizaram o número reduzido de soldados e a quantidade de tiros dados pelos italianos. Para o oficial Augusto Souza Franco,

o delegado mandou intimar a gente do grupo afim de prevenir qualquer desordem e que se dispersasse; não sendo atendido o mesmo delegado receiando que o barulho não acabaria mandou os soldados intimar a referida gente que se dispersasse; nessa ocasião começaram os italianos a dispararem tiros contra as forças, partindo muitos tiros das casas dos italianos ali moradores. (...) elle depoente sabendo que a força só levava reflex.

Mas alguns italianos afirmaram que os soldados ameaçavam e espancavam italianos. Segundo “Guilherme” Falcone, um trabalhador de roça calabrês, “o tenente e mais quatro ou cinco soldados darem em Thomaz Grezzo com os reflex pelo que Thomaz Grezzo sacando de um revólver apontou-o não disparando nenhum tiro, outros soldados vendo Thomaz Grezzo armado de revólver prenderam-no”

As divergências mais marcantes, porém, dizem respeito ao autor do tiro que matou o italiano na calçada. Para quase todos os brasileiros, foi um tiro dado por um italiano. Nenhuma testemunha italiana disse isso. Os italianos ou disseram que o tiro fatal partiu da polícia ou disseram que não sabiam quem matou a vítima. Cita-se alguns depoimentos aqui para mostrar o grau de divergência étnica na percepção do mesmo evento.

#### *Testemunhas brasileiras:*

Gaspar Pereira de Souza., oficial de farmácia: “Um italiano que está actualmente preso tendo puchado também de um revolver teve ordem de prisão e quando os soldados lhe seguravam sobre estes um italiano capenga disparou um tiro de revolver que errou, mas dando outro tiro sobre os soldados de bala, pegou um italiano que estava junto, cahindo este inconsciente”.

Alexandre Rodrigues Loureno, negociante: “Nessa ocasião foram então disparados muitos tiros das ruas e das casas acontecendo fallecer em consequencia de um tiro que recebeu Jorge de tal. Assistiu tudo que acaba de narrar e assegura que não vio a polícia dar tiros algum, pois a verdade é que nenhum soldado apresentou outra arma que não fosse refle. Que não sabe até agora quem foi o autor da morte de Jorge, suppondo entretanto que só por parte dos italianos pode ter vindo o tiro que o matou. Garante que dos soldados não veio tiro nenhum, que um official deram uns tiros, mas depois que já se achava ferido e morto o referido Jorge. Assim calcula que foram os próprios italianos os autores da referida morte.”

Carlos de Carvalho, guarda-livros: “vio o que se passava na rua, os soldados que apenas trasiã rifles eram agredidos pelos italianos armados, que lhes fãsiã fogo de todos os lados. (...) Um italiano que já havia disparado dois ou trez tiros apontou o revólver contra o tenente Gaspar B., um dos soldados dando-lhe então uma reflada no braço desviou o tiro que atingio outro italiano que fãsia parte do grupo agressor.”

Deolindo José dos Santos: “vio perfeitamente o braço de um indivíduo que disparando um tiro de revólver da porta de uma alfaiataria que fica logo acima da loja de ferragens ‘A espingarda gigantesca’ foi acertar na cabeça de um homem que cahia de poucos passos do lugar onde estava, vindo o mesmo falecer pouco tempo depois.”

Joaquim Maria Lisboa: “vio perfeitamente um tiro que partindo da casa do accusado A. Leopoldo, e disparado para o outro lado da rua alcançar o indivíduo, digo, alcançar um indivíduo que cahio por terra. Que o indivíduo ou indivíduos que dispararam ainda outros tiros fãsiã por de traz das portas que conservarã com as frestas apenas precisava para caber o braço que empunhava o revólver. (...) Perguntado se vio algum official disparar algum tiro. Disse que não, pois que os mesmos estavam armados apenas por espada.”

João José Leister: “houverão muitos tiros, sendo que logo nos primeiros tiros desfechados de casa de um sapateiro, que não pode precisar de quem seja, foi morto um italiano que estava sendo preso por dois soldados, (...) elle depoente pode garantir que os tiros que matarão ou o tiro que matou o referido italiano foi ou forão aquelles primeiros partidos da casa em frente.”

*Testemunhas italianas:*

Guilherme Falcone, trabalhador de roça: “um homem de barba preta grande e que achava-se a entrada da casa de Fortunato B. recebeu uma pancada de reflete na cabeça e em seguida um tiro de revólver disparado por um graduado da tropa que elle não sabe que posto ocupa; sendo esse o primeiro tiro que elle depoente ouviu. Disse mais que a distância de que foi disparado o tiro não era mais de dois ou trez metros, que com a reflada que apanhou, o homem barbudo cahio e assim cahindo recebendo na cabeça um tiro de revólver do mesmo graduado”.

Fortunato Barleta, negociante: “nessa ocasião partiu da força um tiro que attingindo a sua janella foi offender Jaccomina M., sua cosinheira”.

Francisco Varosse: “chegando a polícia houve um conflicto onde forão disparados muitos tiros não sabendo entretanto elle depoente qual o que matou o italiano (...). Disse mais que não ouviu dizer num sabe que soldado ou official que dera tiros que motivou o morte referido, só o italiano Paschoal lhe contou que o autor fora um soldado graduado”.

Paschoal Absispi.: “vio que (...) um graduado da guarda nacional deu dois tiros, vendo elle depoente cahir uma pessoa na rua, perto donde estava o ferido e graduado não sabendo se esses tem forão-os que mataram o referido italiano, (...) Que do lugar em que estava deitada mais no meio do quarteirão, motivo pelo qual não pode se ver se o soldado graduado desfechou a arma contra o italiano que morreu, sendo porém exacto que o referido graduado dera mais de um tiro.”

Vários italianos que estavam na casa com Leopoldo A., o italiano capenga apontado por alguns brasileiros como o atirador, disseram que ele não tinha arma nenhuma e estava no quintal da casa no momento dos tiros.

Os depoimentos dos brasileiros mostram que não era somente a polícia que via os italianos como desordeiros. Boa parte da classe média urbana se sentia acuada por confusões e crimes promovidos por italianos, um sentimento que só cresceria com a onda de assaltos efetuados pela quadrilha nos anos seguintes. Vários brasileiros depuseram que, depois do assassinato, o italiano del Simoni foi gritando pelas ruas chamando os italianos às armas e proferindo insultos aos brasileiros e à Guarda Nacional, antes de ir com um bando armado à estação para mandar o telegrama ao cônsul. Em um depoimento que revela forte preconceito contra os italianos e relata os boatos que circulavam entre brasileiros depois do evento, o farmacêutico José Florencio de Albertim Duarte disse que

vio del Simoni que vinha rua São Carlos em direção a estação, gritando e chamando as armas os seus compatriotas. Quando isso fasia revelava-se perfeito anarchista e assim que descompunha com as palavras mais injuriosas, como iguais as filhos de uma puta e outras semelhantes a estes, a Guarda Nacional e aos brasileiros em geral. A proporção que elle assim procedia os italianos moradores nas ruas por onde elle passava iam se reunindo e se armando. (...) Não demorou dois grupos de italianos achavam-se formados, um mais ou menos em frente ao Hotel do Comércio, outro em frente a casa de del Simoni; grupos estes que se podia calcular num cento e tanto a duzentos homens. (...) del Simoni gritava: As armas patricios, dois italianos foram assassinados pelos filhos da puta da Guarda Nacional. (...)

(...)Por ouvir de Francisco Pedro de Oliveira, sabe que del Simoni esteve hontem ostensivamente de arma em punho na estação, armado de carabina como também outros italianos e parecia pelos seus gestos e palavras grosseiras que queria forçar o chefe da estação

a passar um telegrama. Por ouvir dizer sabe que a Guarda Nacional só esteve armada de refle. Sabe mais que é público e notório que del Simoni procurou nessa cidade organizar um batalhão só composto de italianos com fim disia elle de distrahir-se e não auxiliar a justiça e nem o Brasil.

Somente uma testemunha italiana, também acusado por José Florencio de concitar os italianos, mencionou del Simoni.

### **Italianos e outros brancos pobres**

Se os conflitos de italianos com elites, autoridades e classe média brasileiras revelavam um grau de polarização relativamente alto, seus conflitos com brasileiros plebeus e com outros grupos imigrantes eram muito mais ambíguos. Aqui se focaliza os outros grupos brancos, deixando o caso dos negros, que é particularmente complexo e contraditório, para outra discussão abaixo. Certamente se pode observar a etnicização de alguns conflitos, refletida tanto na seqüência de eventos quanto na divergência dos depoimentos, mas isso não era uma tendência sistemática. Em outros desses conflitos se encontra italianos depondo contra italianos, brasileiros depondo contra brasileiros ou outros imigrantes depondo contra membros do mesmo grupo. Embora houvesse uma concentração de italianos nas fazendas, especialmente na função de colono (diluído depois pela chegada de muitos espanhóis e portugueses nas primeiras décadas do século XX), eles não estavam subordinados aos brasileiros pobres. Outros italianos, como camaradas, artesãos, trabalhadores urbanos e mascates, trabalhavam nas mesmas profissões que brasileiros e outros imigrantes, e muitas vezes eles trabalhavam juntos. A maior parte dos homens italianos interagia com brasileiros e com outros grupos no cotidiano. Encontravam-se especialmente no trabalho e nas vendas, onde bebiam e jogavam juntos. Na cidade, nas aldeias e nos pequenos centros de serviços que se formavam ao redor de cruzamentos e de estações de trem, havia muitas oportunidades para a interação com brasileiros e outras etnias. (Encontra-se menos menções às mulheres nos processos, mas é claro que as mulheres também frequentavam os lugares públicos, inclusive as vendas.) Os processos sugerem que o único tabu relativamente forte na interação entre grupos era o que impedia namoros e casamentos mistos.

Outra teoria do conflito étnico enfatiza a competição que resulta quando um grupo perde monopólios de que desfrutava antes, especialmente monopólios no mercado de trabalho (Bonacich, 1972; Olzak, 1992). Casos paradigmáticos seriam o fim de regimes de discriminação legal, como o apartheid da África do Sul ou o sistema *Jim Crow* do Sul dos Estados Unidos; ou ainda, a chegada de um grupo imigrante ou migrante disposto a aceitar salários menores que o grupo já estabelecido, como acontece com a imigração atual do terceiro mundo para a Europa e aconteceu com a migração dos negros do Sul para o Norte dos Estados Unidos na primeira metade do século XX (Wilson, 1978). O grupo previamente estabelecido sente sua posição minada pelo “novo” grupo.<sup>11</sup> O ressentimento

---

<sup>11</sup> Embora a competição no mercado de trabalho seja a causa mais comum dos conflitos étnicos, nessa abordagem, qualquer abalo na qualidade da vida atribuído, com ou sem razão, ao outro grupo pode produzir ressentimentos étnicos. É comum, por exemplo, atribuir aumentos nas taxas de crime à presença de imigrantes ou de migrantes (Tonry, org., 1997). Outros exemplos incluem aumentos no custo de moradias, degradação da

decorrente disso pode levar à discriminação individual, à violência ou aos movimentos para restrições à imigração, desde que o grupo ressentido tenha organização e poder o suficiente para manifestar seus sentimentos na ação. Tal conflito estimula o enrijecimento das fronteiras étnicas e intensifica a identidade e a solidariedade étnica de ambos os lados.

O Oeste paulista do fim do século XIX é notável pela ausência de tais conflitos, o que se pode explicar por algumas circunstâncias particulares. Primeiro, com a economia do café em plena expansão nesse período, os imigrantes não precisavam aceitar salários menores que os dos nacionais e eram até privilegiados. Certamente se pode afirmar que os brasileiros pobres, especialmente os negros, eram prejudicados pela presença imigrante, no sentido de que podiam ter ganho muito mais na época—não somente salários, mas também terras--não fosse pela enxurrada de italianos, que viabilizou a continuidade do latifúndio de café após a abolição. Mas os brasileiros pobres não estavam perdendo posições já conquistadas por causa da imigração, o que provavelmente tem sido a maior causa de reações racistas e de conflitos inter-étnicos no mundo. (A perda de possibilidades um tanto hipotéticas para ganhos futuros parece gerar muito menos ressentimento.) Assim, não houve um eixo consistente de conflito material entre italianos e brasileiros pobres. A possível reação dos brasileiros pobres também era coibida por sua fraqueza política e organizacional. Além de divididos racialmente, sujeitos à violência dos fazendeiros e da polícia, e excluídos da cidadania efetiva, os brasileiros pobres enfrentavam a chegada de tantos italianos que estes rapidamente viraram o grupo majoritário em muitas fazendas e em certos bairros da cidade.

A identidade étnica certamente existia, como notei acima, e podia ser mobilizada em conflitos específicos. Mas isso só aconteceu de vez em quando nas brigas entre italianos e brasileiros brancos pobres. Pode-se dizer a mesma coisa a respeito dos conflitos entre italianos e outros grupos de imigrantes. Os portugueses, nessa época (anterior à imigração em massa de colonos portugueses), constituem um caso especial. Eles se integravam à sociedade brasileira tão facilmente que os italianos muitas vezes os encontravam em posições de poder, como o oficial da Guarda Nacional mencionado acima. Havia vários comerciantes e lojistas portugueses em São Carlos que sofreram roubos de italianos, ou de supostos italianos, ou brigaram com italianos por questões de dívidas. Mas tudo indica que os italianos não percebiam muita distinção entre portugueses e brasileiros, e os tratavam da mesma maneira. Conflitos entre italianos e portugueses policiais ou lojistas decorriam da posição social destes, não da sua etnicidade. As relações de italianos com portugueses pobres eram parecidas com suas relações com brasileiros brancos pobres.<sup>12</sup>

---

qualidade do ensino público, novas epidemias ou aborrecimentos da vida cotidiana, tais como barbeiragens no trânsito ou música alta em bairros previamente sossegados.

<sup>12</sup> Com o tempo, as identidades étnicas se enfraqueceram entre os descendentes de imigrantes europeus no Oeste paulista. Tal situação contrasta com a do Sul do país, mas também com a história da fronteira entre brancos e negros no Oeste paulista. Apesar da falta de uma fronteira nítida, devido à miscegenação, brancos e negros claramente existem hoje como identidades no interior paulista, ao passo que a identidade italiana, espanhola, portuguesa ou austríaca é muito fraca. A metade ou mais dos meus alunos na UFSCar são descendentes da grande imigração italiana. Até hoje, não encontrei nenhum deles que fale italiano, o que indica que é muito raro,

Uma briga sobre porcos errantes, acontecida na fazenda Pau d'Alho ao fim de 1888 e início de 1889, ilustra as condições que podiam levar à etnicização de conflitos entre italianos e brasileiros brancos comuns.<sup>13</sup> Os porcos do colono italiano Ambrosio B. tinham por hábito fugir do chiqueiro e ir pastar na roça do empreiteiro<sup>14</sup> brasileiro João Rufino. João atirou nos porcos mais de uma vez, matando alguns e ferindo outros. Ambrosio exigia compensação pelos porcos, mas João somente lhe deu algo pelos porcos feridos, alegando que Ambrosio tinha aproveitado a carne dos porcos mortos e, por isso, não sofreu prejuízos com as mortes. Em certo momento, o italiano foi com um grupo de compatriotas exigir o pagamento do empreiteiro, mas não o recebeu. Um dia, os dois se encontraram na trilha entre os cafezais e Ambrosio atirou em João com uma espingarda, ferindo-o no peito. O ferimento não foi grave. Ambrosio fugiu “porque seus patrícios lhe meteram medo com a cadea, dizendo-lhe ‘que na cadeia se passava muito mal, que não se comia, e que quando se comia a comida era ruim’”. Ele só foi preso mais de um ano depois.

No julgamento, Ambrosio alegou que, em uma das suas discussões, João tinha lhe dado um tapa e puxado sua barba. Após matar outro porco dois meses depois, João o ameaçou de morte. No dia do tiro, Ambrosio estava armado de espingarda carregada de “chumbo miúdo de passarinho” porque gostava de caçar. Ele atirou em João porque este o ameaçava com uma pistola. João não depôs, mas testemunhas brasileiras disseram que era Ambrosio que insultara e ameaçara João. Segundo o camarada José Luiz Moreira,

em um Domingo do mez proximo passado estando elle depuente na porta de João Rufino vio quando nesse momento passo perto d'elle depuente uma porca preta e que entrou na orta de Rufino, e logo em acto continuo Rufino sahira de dentro de sua casa com uma espingarda e atirou a porca e não matou somente chumbou e a porca refugiou-se para a casa de seu dono; e nesse mesmo dia [Ambrosio] veio a casa de Rufino e ficou de uma distancia e comessou a insultal-o disendo palavras ofensivas, como seja, cachorro, ladrão e outras mais; e no outro dia immediato segunda feira apparecerão em casa de Rufino desoito pessoas acharão resistencia so por João Rufino, fiserão as páz, e sexta feira da mesma semana já [Ambrosio] tinha comprado uma espingarda, não sabia de quem nem para que fim.

Raymundo José do Nascimento, outro camarada empregado do empreiteiro, disse ao delegado que João avisou Ambrosio “muitas vezes”, mas este não tomara providências para conter os porcos. Depois que João matou os primeiros dois porcos, “encontrando-se elle depuente no caminho perto de uma porteira do pasto de João R., com [Ambrosio B.] dissera que João R. matara os porcos delle e elle matava tambem João R.” Segundo Raymundo, João estava bem intencionado e concordou em pagar o importe dos porcos feridos quando o fazendeiro, Estevão de Souza Barros, assim pediu. Até o

---

quase inexistente, os descendentes de italianos no interior paulista falarem italiano em casa, em contraste com a manutenção das línguas dos antepassados nas comunidades alemãs e italianas do Sul. Parte da explicação se encontra olhando as listas de presença desses mesmos alunos descendentes de italianos. Boa parte dos “italianos” também tem sobrenomes portugueses, espanhóis ou alemães. Parece que o grau de “miscegenação” entre etnias européias no Oeste paulista é tamanho que quase não existem mais como grupos distintos. Desconfio que seja justamente a falta de conflitos sistemáticos entre essas etnias que explica a queda das barreiras contra casamentos mistos.

<sup>13</sup> FPM, C. 257, N. 30 (1889).

<sup>14</sup> Os empreiteiros se encarregavam de derrubar o mato e de plantar novos cafezais.

juízo 14 meses depois do tiro, o patrão de Raymundo evoluiu-se para um modelo de coragem e moderação. Quando João se negou a pagar o valor dos porcos mortos, Raymundo, segundo seu depoimento para o juiz, “viu Brambilla chegar a casa de João R. e insultá-lo e este não dar respostas”.

Depois que João atirou nos porcos de novo,

ouviu elle depoente dizer que Brambilla chegara a casa de João Rufino com dezoito pessoas, elle armado de espingarda e os companheiros de enchadas e foices, e trasia, segundo elle depoente ouviu dizer o proposito de atacaerem a João Rufino, mas graças a coragem deste que se meteo entre elles com muito animo, estes nada fiserão e declararão que vinhão para fazer a paz e ahí continuarão por algum tempo mostrando-se alegres e contentes.

As testemunhas brasileiras concordaram que João não estava armado, tendo somente um guarda-chuva na mão, quando Ambrosio atirou nele.

Os únicos dois italianos a depor como testemunhas se limitaram a dizer que viram João ferido. Logo depois do evento, João tinha mostrado seu ferimento a eles, tentando ganhar seu apoio contra Ambrosio, o que indica que o conflito não provocou uma polarização étnica tão profunda. A polarização que se observa neste caso pode ser explicado pela diferenciação das redes sociais. Os italianos que acompanharam Ambrosio para cobrar o valor dos porcos provavelmente eram seus amigos e conhecidos da colônia, e os três brasileiros que depuseram a favor do empreiteiro eram dois empregados e um compadre.

Mas em outros casos, as redes não se diferenciavam e os depoimentos de testemunhas não divergiam etnicamente. Depois da prisão em 1893 de Manoel Peregrino P., um açougueiro brasileiro, por ter dado uma facada nas costas do marchante italiano Raphael Collo no matadouro municipal, os empregados brasileiros do matadouro enfatizaram, nos seus depoimentos, a boa índole dos dois e a amizade entre eles.<sup>15</sup> Um disse “que conhece Raphael e Peregrino a um ano mais ou menos e não lhe consta que tivessem procedido mal”. Um pedreiro brasileiro, que trabalhava no matadouro no dia do crime, disse “que ambos sempre tiveram bom comportamento. (...) que conhecesse muito a Raphael e Peregrino, que entre ambos não havia rixa antiga e eram amigos.” Raphael Collo disse que não fez nada a Manoel Peregrino, e que este tinha lhe insultado antes de lhe esfaquear, mas as testemunhas presentes ao evento concordaram que era o italiano que chamou Manoel Peregrino de filho da puta. O pedreiro

vio Raphael de Cóllo brincando com Manoel Peregrino, e que este repellio a Raphael que lhe dissera má palavra, ao que Raphael continuou a provocá-lo com palavras e Manoel Peregrino puchando por uma faca cravou em Raphael, que ficou logo todo ensanguentado. (...) Disse mais que Manoel Peregrino achava-se embregado quando fez o delicto, e Raphael estava no Juízo perfeito (...) e que o facto criminoso originou-se do brinquedo de Raphael e que se Peregrino não estivesse embregado não faria o que fez.

O único italiano a depor como testemunha, outro empregado do matadouro, nem estava presente, mas repetiu a história que ouvira dos colegas de trabalho, apoiando o brasileiro, que foi absolvido.

Em outros casos, parece que os réus inventaram conflitos étnicos nos seus depoimentos para justificar suas ações. O francês “José” F. disse que cravou um canivete no pescoço de um italiano,

dono de uma venda, somente para se defender contra este e outros italianos, que agrediam-no porque falara mal da Itália.<sup>16</sup> Porém, nenhuma das três testemunhas que presenciaram o evento, todos italianos, mencionou as opiniões do francês a respeito da Itália. Todas concordaram que a briga começou porque “José” não quis pagar o importe de duas garrafas de vinho que tinha apostado e perdido no jogo.

Na sua defesa, o réu italiano Generoso B. também exagerou o aspecto étnico de um conflito com um espanhol, possivelmente seguindo a orientação do advogado. No bairro rural de São João da Lagôa, ele “tinha ido a venda de França com sua mulher, seu camarada Stefano Sete e outros, beberam duas garrafas de vinho, uma pinga e outra de anizete, notava que um Hesperhol que estava na venda fazia sinais a sua mulher”.<sup>17</sup> No caminho de volta para a fazenda São Domingos, onde todos os envolvidos moravam, ele viu o mesmo espanhol falar com sua mulher e atirou nele, sem acertar. Depois atirou no seu amigo Stefano, que tentava desarmá-lo, e o feriu na coxa. Não é claro se atirou em Stefano de propósito ou por acidente, mas o fato de outro italiano tentar desarmá-lo sugere que não tinha o apoio dos seus patrícios.

As testemunhas que depuseram para o delegado eram um italiano, um espanhol e um russo. Todos concordaram que se tratava de ciúme ou de uma briga entre indivíduos, e a testemunha italiana minou a posição de Generoso quando disse que “não viu o Hesperhol dirigir palavras para a mulher do acusado”. Entretanto, Generoso tentou apresentar o acontecimento como um conflito étnico. Ele não depôs ao delegado, mas disse ao juiz que só disparou seu revólver porque um segundo espanhol atirou nele quando ele tentava defender sua mulher dos insultos do primeiro, e que, quando chegou à fazenda depois dos tiros, “um porção de Hesperhois quiseram matá -lo”. Stefano confirmou que um espanhol realmente atirou em Generoso com uma espingarda, mas deu a entender que foi Generoso quem atirou primeiro. Zangado com seu compatriota, disse que este atirou nele duas vezes quando tentava desarmá-lo, e “disse mais que o acusado tem diversos crimes em Itália; disse mais que o acusado não estava embriagado e que constantemente anda armado”.

### **Italianos e negros**

Como discutido acima, não havia um eixo claro e sistemático de conflito material entre italianos e negros. A convivência cotidiana, a sujeição comum nas fazendas e a violência da polícia contra ambos os grupos podiam consolidar laços de amizade e de solidariedade entre eles. Em vários casos de brigas entre italianos e negros encontramos a afirmação que as partes eram amigos. A ocorrência de tais brigas em vendas e bailes deixa claro que o contato cotidiano não se limitava ao trabalho, mas se estendia à sociabilidade.

Mesmo nas circunstâncias em que se poderia esperá-la, a hostilidade racial nem sempre aparecia. No caso mencionado acima, dos espancamentos múltiplos dirigidos pelo administrador da

---

<sup>15</sup> FPM, criminais, C. 288, N. 211 (1893).

<sup>16</sup> FPM, criminais, C. 223, sem número (1894).

<sup>17</sup> FPM, criminais, C. 73, N. 99.

fazenda no bairro de Água Vermelha, os capangas que o ajudaram eram um negro e um pardo, mas as vítimas e testemunhas culpavam principalmente o administrador. Segundo a testemunha italiana Bernardo Barsaline, “todas as agressões foram feitas por Luiz e seus companheiros sendo que estes, companheiros de Luiz, agrediam em obediência as ordens de Luiz”.<sup>18</sup> Como evidência do temperamento violento de Luiz, duas das vítimas, um italiano e um brasileiro, apontaram o espancamento na semana anterior de dois negros camaradas da mesma fazenda. Neste caso, parece que a identificação com os negros derivada da opressão compartilhada pesou mais que o possível ressentimento racial contra os capangas de pele escura.

Mas, por outro lado, encontra-se brigas repentinas entre italianos e negros pelas razões mais fúteis, e ataques e assassinatos cruéis praticados por italianos contra negros. Em fevereiro de 1894, ao fim da tarde numa venda ao lado da estação do Ararahy, um grupo de colonos e camaradas italianos, que exigia mais vinho, assassinou a facadas o negro Narciso, portador da estação, simplesmente porque ele, a pedido do dono, bloqueou a porta e disse que o negócio estava fechado.<sup>19</sup> Segundo o brasileiro Antonio Augusto de Oliveira, um jovem trabalhador rural que estava na venda,

Diante dessa resposta pegaram a Narciso, pucharam para fora da casa e começaram a dar-lhe tapas e ponta-pés; diante dessa [ilegível] covarde de quatro homens contra um elle depoente puchou Narciso para dentro da casa e fechou a porta. Os italianos, acto contínuo, arrombaram a porta e de novo agrediram Narciso com soccos, sendo que trez delles, que elle depoente supõe serem irmãos, seguravam Narciso enquanto que o quarto dava-lhe soccos e facadas em numero de trez, sendo que duas foram bem visíveis, pois que a faca entrando enroscou-se, demorando o assassino em tiral-a; elle depoente nessa ocasião deo um cacetada na cabeça do assassino.

Durante o inquérito e o processo, todos os brasileiros presentes se mostraram horrorizados pelo assassinato do negro. Mas Antonio Augusto foi o único a fazer algo para tentar salvar Narciso, enquanto os demais fugiram.<sup>20</sup> O que mais interessa aqui são as respostas a duas perguntas: Por que a fúria dos italianos se dirigiu contra o negro e não contra o dono da venda ou contra Antonio Augusto? E por que tanta raiva e crueldade? Tudo indica que os italianos se enfureceram por que um negro teve o atrevimento de mandar neles. Em vários inquéritos e processos, encontramos conflitos simbólicos parecidos entre negros e italianos, principalmente sobre formas de respeito e desrespeito e sobre quem devia acatar quem.

Embora não houvesse conflitos materiais sistemáticas entre italianos e negros, havia conflitos simbólicos sistemáticos, devidos à situação dos negros após a abolição e à posição dos imigrantes italianos no interior paulista. Os negros queriam respeito e trato digno, especialmente de quem estava no mesmo nível social, e se revoltavam contra o tratamento dos brancos que os lembrava da escravidão. Os italianos sabiam que substituíam escravos, e faziam de tudo para se distinguirem dos negros, para não serem sujeitos aos mesmos insultos e maus tratos. Essa situação levou a interações

---

<sup>18</sup> FPM, criminais, C. 334, N. 3683 (1898).

<sup>19</sup> FPM, criminais, C. 262, sem número (1895).

<sup>20</sup> A única testemunha a defender os italianos foi o administrador da fazenda onde eles trabalhavam.

explosivas, mesmo entre amigos, em que negros exigiam a igualdade e a dignidade, ao passo que italianos exigiam a deferência e a obediência dos negros.

As exigências dos negros constituíam uma ameaça ao único privilégio dos italianos, o de serem brancos, que não significaria nada se os negros pudessem exigir direitos iguais. Num artigo clássico sobre o preconceito racial, Herbert Blumer (1958) afirma que a hostilidade de um grupo dominante por um grupo subordinado decorre não da diferença em si nem da desigualdade, mas de um sentimento de que estes constituem uma ameaça à posição daqueles. A ameaça se concretiza em intrusões nos monopólios e nos espaços dos dominantes, em que os subordinados “não sabem seu lugar”. Os negros estavam minando o monopólio dos brancos no direito ao respeito, atingindo, especialmente, os brancos mais fracos. A reação dos italianos defendia o que Weber chamou a “honra étnica” (Weber, 1978, p. 391).

O conflito simbólico ficou explícito em maio de 1895 na Rua do Belém em São Carlos, onde o pedreiro negro Anastácio C. e seu cunhado faziam uma calçada.<sup>21</sup> Dois mascates italianos chegaram, carregando baús nas costas, e tentaram passar por cima da obra. Segundo o depoimento que Anastácio deu ao delegado depois, ele

disse ao primeiro que agora sabe chamar-se Jorge Muzzi que não passasse por ali porque as pedras não estavam bem assentadas e podião deslocar-se causando-lhes assim prejuízo. O italiano sahio para o meio da rua, virou-se para elle interrogado e perguntou-lhe se era Juiz de Direito. Respondeu-lhe o interrogado que não era Juiz de Direito, mas que elle não passasse porque desmancharia o serviço. O italiano disse então que o interrogado não era christão e sim negro burro e que passaria pelo lugar não tendo medo de cem homens como o interrogado. Em seguida ameaçou-o interrogado com um metro que trazia na mão e começou a descer os bahús que trasia. Quando elle acabou de descarregar-se, o interrogado deu-lhe uma pancada com a régua de que se servia, o italiano cahio, virou um pouco e ficou na posição de quem se achava sentado e dessa posição não sahio.

Gorge Muzzi morreu na hora. O outro italiano fugiu e não depôs no inquérito nem no julgamento.

Todas as três testemunhas que presenciaram o evento, o cunhado negro e dois brasileiros brancos, contaram a mesma história, com menos detalhes, salientando que o italiano tinha chamado Anastácio de negro burro. O “lavrador” (provavelmente fazendeiro) Jesuíno de Oliveira Barboza adicionou que “Anastácio respondeu que burro erão elles visto que outros quizerão passar por ali e que elle pedindo foi imediatamente atendido e que só elles embirrarão em passar para lhe estragar o serviço”. O apoio dos brasileiros à versão de Anastácio não indica, necessariamente, que conflitos simbólicos desse tipo eram mais agudos entre negros e italianos que entre negros e brasileiros brancos, porque estas duas testemunhas, um negociante e um provável fazendeiro, eram de uma camada social que dificilmente seria ameaçada pela auto-afirmação dos negros. É bem possível que as relações dos negros com os brasileiros brancos pobres tenham sido semelhantes às relações deles com os italianos. Duvido que foram os italianos que inventaram o xingamento “negro burro”. Isso, e sua atitude geral a

---

<sup>21</sup> FPM, criminais, C. 286, N. 37 (1895).

respeito dos negros, eles teriam aprendido observando o tratamento dado aos negros pelos brasileiros brancos na vida cotidiana.<sup>22</sup>

Contudo, como enfatizei acima, havia muitos laços ligando italianos e negros também. Negros e italianos se inter-relacionaram em uma complexa trama de amizades e trocas, embora muitas vezes tivessem interesses simbólicos opostos. O empreiteiro que contratara Anastácio era italiano. No seu depoimento, limitou-se a descrever a cena que encontrou ao chegar no local para inspecionar a calçada, sem dizer nada para desmerecer a história de Anastácio. Para um italiano um pouco mais bem posto, como o empreiteiro, a insistência dos negros na dignidade e na decência no trato não constituía uma ameaça. Muitas vezes os italianos mais pobres, porém, se sentiam nivelados por baixo. É provável que a ameaça fosse maior ainda quando vinda de um negro que dominava um ofício, sendo melhor preparado que a grande maioria dos italianos. Desconfio também que eram justamente os negros artesãos que tinham mais confiança e orgulho para enfrentar os italianos e para repelir seus insultos.

Em janeiro de 1898, o carroceiro e jornaleiro italiano Vincenzo M. deu sete facadas no carpinteiro negro João Damaceno porque este se recusou a vender-lhe três camas, um banco de carpinteiro e as telhas de uma casinha velha pelos dez milréis que Vincenzo ofereceu.<sup>23</sup> Na sua defesa, Vincenzo alegou que João lhe devia dinheiro, que João lhe chamou de filho da puta e que João lhe atacou primeiro. Ele o esfaqueou somente para se proteger e “fez o que qualquer homem faria”. Segundo João, que foi gravemente ferido, mas sobreviveu, quando recusou-se a vender os objetos, Vincenzo o insultou e ele retrucou “O senhor me insulta porque eu não quero fazer o negócio senhor Vicente?” A esta resposta, Vincenzo,

tornando a dirigir-lhe insultos, arrancou de uma faca que trazia e enveredou para elle declarante, que fugio, sendo perseguido por Vicente que lhe cravou a faca nas costas; (...) que continuando a correr sempre perseguido por Vicente, cahio n’um buraco existente no meio da rua e este continuou dando-lhe facadas nas costas; que elle declarante virou-se de costas para o chão e Vicente ia cravar-lhe a faca no peito, quando elle declarante deu-lhe um ponta-pé no estomago, que o fez cahir.

O local da briga foi uma casa que Manoela Maria da Conceição, uma parda e comadre de Vincenzo, alugava de João Damaceno. As únicas testemunhas presentes eram Manoela e a mulher de João. Apesar do laço de compadrio com o italiano, a parda Manoela sustentou a essência da versão de João. Segundo Manoela, Vincenzo chamou João de burro e João respondeu “que não era burro e que tambem sabia conversar”, levando a uma breve luta corporal entre os dois antes de Vincenzo sair e voltar com a faca. Depois das facadas, Manoela reparou que Vincenzo se retirou “muito socegradamente, como se nada tivesse havido, em direção á sua casa”. Dois italianos apareceram como testemunhas, apesar de não terem presenciado os fatos. No julgamento, um deles depôs que sabia “por

---

<sup>22</sup> Para desenvolver mais essa comparação, teríamos de fazer uma pesquisa paralela sobre eventos violentos envolvendo negros e brasileiros brancos.

<sup>23</sup> FPM, Criminais, C. 271, N. 1562 (1898).

ouvir dizer que o ofendido e ofensor tinham bebido pinga”, enquanto o outro disse “que conhece o acusado á muito tempo e que elle é homem muito pacato e bom”.

O xingamento “negro burro” chama a atenção nesses processos, porque substitui o omnipresente “filho da puta” de outras brigas. Este insulto à mãe do outro não podia ser ignorado, sem que o alvo caísse na deshonra e na humilhação. Efetivamente, constituía um desafio a um duelo, quase garantido a provocar uma reação violenta, mas era uma ofensa entre iguais. “Negro burro”, porém, era uma afronta que desmerecia o outro, tratando-o como ser inferior, indigno de uma luta entre homens, e até sub-humano, pela origem animalesca da palavra. A reação dos italianos às afirmações de dignidade e de igualdade dos negros era tentar empurrá-los para baixo, sempre se colocando em um patamar superior, e muitos negros recusavam tal subordinação. Era uma luta de classificações, em que insultos serviam como meio para categorizar membros do outro grupo (Bourdieu, 1990, pp. 133-4). Essas lutas de palavras facilmente levaram a facadas ou tiros.

### **Conclusões**

Embora refiram-se a eventos relativamente raros, processos criminais podem ser úteis para entender tensões e conflitos étnicos no cotidiano. Brigas violentas entre pessoas de etnias distintas estimulavam as partes e as testemunhas a elaborarem narrativas explicativas, que geralmente salientavam aspectos dos eventos que correspondiam às tensões cotidianas. Este paper enfatiza a importância de comparar as várias versões relatadas por réus, vítimas e testemunhas em inquéritos policiais e em processos judiciais. Divergências étnicas nas interpretações sugerem a natureza dos conflitos entre grupos e o grau de polarização. Como os réus e as vítimas quase sempre construíam histórias que favoreciam a si mesmos, as narrativas das testemunhas são essenciais para o método de análise defendida aqui. Mesmo assim, os elementos que réus e vítimas selecionavam, ou inventavam, para elaborar suas narrativas podem indicar diferenças étnicas na percepção da situação e do que serviria como desculpa aceitável para as agressões.

Em geral, os inquéritos policiais são mais úteis que os processos judiciais para este tipo de análise, porque, na maioria das vezes, os inquéritos aconteciam poucos dias depois do evento e os depoimentos não sofriam a intervenção do advogado da defesa nem tampouco do promotor. As confissões dos réus, porém, devem ser tratadas com cautela, porque sempre existe a possibilidade de terem sido arrancadas com espancamentos ou simplesmente inventadas pelo delegado, nos casos de réus analfabetos ou sem conhecimento do português. Quando não simplesmente repetem a mesma história, os depoimentos na fase do julgamento fornecem material adicional para a análise. Muitas vezes as mudanças evidenciam as estratégias do advogado e do promotor, mas também podem mostrar a influência de redes de comunicação. Por exemplo, se histórias, inicialmente diversas, das testemunhas de uma etnia convergiram durante o julgamento, temos evidência da construção de uma “versão oficial” do crime na comunidade étnica.

Nos inquéritos e processos examinados, encontra-se evidências de embates agudos entre italianos e brasileiros em posições de poder sobre eles, especialmente fazendeiros e seus administradores e, sobretudo, a polícia. Quando apareciam como testemunhas, indivíduos da classe média brasileira tendiam a reproduzir as mesmas atitudes da polícia, considerando os italianos desordeiros e briguentos. Brigas entre italianos e outros brancos pobres, sejam brasileiros ou imigrantes, não evidenciavam diferenças étnicas sistemáticas, embora tais diferenças pudessem emergir em casos específicos, devido à diferenciação das redes sociais. Nos inquéritos e processos referentes à violência entre italianos e outros brancos pobres, é relativamente comum encontrar testemunhas depondo contra membros da própria etnia.

As relações entre italianos e negros eram especialmente complexas e contraditórias. Encontra-se evidência de solidariedade frente à opressão comum. Por exemplo, os depoimentos de italianos e negros mostram uma tendência de apoiar-se mutuamente contra fazendeiros e administradores. Mas, ao mesmo tempo, há indícios de conflitos simbólicos sistemáticos, em que negros insistiam na igualdade no trato e italianos não aceitavam os negros como pares. Testemunhas negras, especialmente, reparavam nas atitudes e nos xingamentos que os italianos usavam para menosprezar os negros. A ausência de conflitos sistemáticos entre italianos e outros brancos na mesma posição social ajuda a explicar por que as identidades étnicas dos imigrantes europeus no Oeste paulista enfraqueceram e quase sumiram nas três ou quatro gerações seguintes, ao passo que conflitos simbólicos persistentes entre imigrantes e negros provavelmente contribuíram para a exclusão dos negros dos avanços dos descendentes de imigrantes e para a saliência até hoje das identidades branca e negra nessa região.

### **Bibliografia**

- Alvim, Zuleika M. F. 1986. *Brava gente! os italianos em São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Barth, Fredrik. 1997 [1969]. "Grupos étnicos e suas fronteiras." Pp. 185-227 em *Teorias da etnicidade*, por P. Poutignat e J. Steiff-Fenart. São Paulo: UNESP.
- Blauner, Robert. 1972. *Racial Oppression in America*. New York: Harper & Row.
- Blumer, Herbert. 1958. "Race Prejudice as a Sense of Group Position." *The Pacific Sociological Review* 1 (1, Spring):3-7.
- Bonacich, Edna. 1972. "A Theory of Ethnic Antagonism: The Split Labor Market." *American Sociological Review* 37 (Oct.):547-59.
- Bourdieu, Pierre. 1990. "Social Space and Symbolic Power," trad. por. M. Adamson. Pp. 122-39 in *Other Words: Essays Towards a Reflexive Sociology*. Stanford, Calif.: Stanford University Press.
- Corrêa, Mariza. 1983. *Morte Em Família: Representações Jurídicas de Papéis Sexuais*. Rio de Janeiro: Graal.
- Darnton, Robert. 1984. *The Great Cat Massacre and Other Episodes in French Cultural History*. New York: Vintage Books.

- Dean, Warren. 1976. *Rio Claro: A Brazilian Plantation System, 1820-1920*. Stanford, Calif.: Stanford University Press.
- Ewick, Patricia and Susan S. Silbey. 1995. "Subversive Stories and Hegemonic Tales: Toward a Sociology of Narrative." *Law & Society Review* 29(2):197-226.
- Fausto, Boris. 1984. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense.
- Franco, Maria Sylvia de Carvalho. 1974. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Atica.
- Geertz, Clifford. 1973. "Thick Description: Toward an Interpretive Theory of Culture." Pp. 3-30 in *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books.
- Hechter, Michael. 1975. *Internal Colonialism: The Celtic Fringe in British National Development, 1536-1966*. Berkeley: University of California Press.
- . 1978. "Group Formation and the Cultural Division of Labor." *American Journal of Sociology* 84(2):293-318.
- Lempert, Richard and Joseph Sanders. 1986. *An Invitation to Law and Social Science: Desert, Disputes, and Distribution*. New York: Longman.
- Olzak, Susan. 1992. *The Dynamics of Ethnic Competition and Conflict*. Stanford, Calif.: Stanford University Press.
- Orbuch, Terri L. 1997. "People's Accounts Count: The Sociology of Accounts." *Annual Review of Sociology* 23:455-78.
- Poutignat, Philippe e Jocelyne Streiff-Fenart. 1997. *Teorias da etnicidade*. Trad. por E. Fernandes. São Paulo: UNESP.
- Scott, James C. 1990. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven, Conn.: Yale University Press.
- Somers, Margaret R. 1992. "Narrativity, Narrative Identity, and Social Action: Rethinking English Working-Class Formation." *Social Science History* 16(4, winter):591-630.
- Steinmetz, George. 1992. "Reflections on the Role of Social Narratives in Working-Class Formation: Narrative Theory in the Social Sciences." *Social Science History* 16(3, fall):489-516.
- Stolcke, Verena. 1988. *Coffee Planters, Workers and Wives: Class Conflict and Gender Relations on São Paulo Plantations, 1850-1980*. New York: St. Martin's Press.
- Tilly, Charles. 1986. *The Contentious French*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Tonry, Michael, org. 1997. *Ethnicity, Crime, and Immigration: Comparative and Cross-National Perspectives*. Chicago: University of Chicago Press.
- Truzzi, Oswaldo. 1986. *Café e indústria: São Carlos 1850-1950*. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea, Universidade Federal de São Carlos.
- Weber, Max. 1978. *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*, 2 Vols. Trad por E. E. A. Fischhoff. Org. por G. Roth e C. Wittich. Berkeley: University of California Press.
- Wilson, William Julius. 1978. *The Declining Significance of Race: Blacks and Changing American Institutions*. Chicago: University of Chicago Press.